

receitas públicas

A receita pública pode ser chamada também de ingresso público, e abrange todos os ingressos financeiros ao patrimônio público, fluxo de recebimentos ~~na~~ auferidos ao Estado, sem restrições.

↳ são todas as entradas de bens ou direitos a qualquer título, em prazo estabelecido, que o Estado faz o uso p/ financiamento de seus gastos.

▶ **exemplo:** receitas tributárias e as operações de crédito, até valores recebidos a título de caução p/ participação em licitações, que, na maior parte dos casos, devem ser devolvidas ao seu final.

↳ Em sentido estrito: é um de ingressos financeiros, com fontes e fatos geradores próprios e permanentes, advindos de ação e tributos inerentes à instituição, e que, integrando o patrimônio na qualidade de elemento novo, lhe produz acréscimos, sem, contudo, gerar obrigações, reservas ou reivindicações de terceiros.

↳ em sentido estrito engloba apenas os ingressos de caráter não devolutivo auferidos pelo Estado, com o intuito de arrendar as despesas públicas.

importante → as receitas de prestação de serviços não devem ser confundidas com taxas pela prestação de serviços, que já estão incluídas nas receitas provenientes da tributação.

As receitas oriundas da prestação de serviços, são relacionadas com atividades próprias da iniciativa privada, como, por exemplo, fornecimento de energia elétrica, telefonia, venda de petróleo, etc. Deste modo, a tributação passa a ser utilizada como veículo de intervenção na Economia ou como forma de redistribuição de renda.

Receita pública nada mais é do que todo ingresso ou entrada que se faça de maneira permanente no patrimônio estatal e que não esteja sujeito à devolução ou seja correspondente baixa patrimonial.

importante → entrada ou ingresso é toda entrada de dinheiro nos cofres públicos de uma maneira ampla, geral e irres-

trita. Já a **receita pública** são apenas os ingressos ou entradas de caixa que possuem as características específicas.

► **Requisitos:** receita pública em sentido estrito

- a integração ao patrimônio público deve ser de modo permanente, o que exclui de início as entradas de caráter transitório;
- a entrada no caixa do Estado não está sujeita a devolução;
- a entrada no caixa não pode ter como contrapartida uma baixa patrimonial;
- deve aumentar de forma efetiva o patrimônio do Estado.